

CORRUPÇÃO E CULTURA NACIONAL: INFLUÊNCIA NO DESEMPENHO DAS EMPRESAS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Aluno Mestrado/MSc. Student Gabrielle Secchi Hohn [ORCID iD](#)¹, Doutor/Ph.D. Sady Mazzioni [ORCID iD](#)², Doutor/Ph.D. Larissa de Lima Trindade [ORCID iD](#)³, Doutor/Ph.D. Juliano Augusto Orsi de Araujo [ORCID iD](#)⁴

¹UNOCHAPECÓ, Chapecó, Santa Catarina, Brazil. ²Unochapecó, Chapecó, Santa Catarina, Brazil. ³UFFS - Campus Chapecó, Chapecó, Santa Catarina, Brazil. ⁴Universidade Ibirapuera, São Paulo, São Paulo, Brazil

Aluno Mestrado/MSc. Student Gabrielle Secchi Hohn

[0000-0003-4166-7103](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó

Doutor/Ph.D. Sady Mazzioni

[0000-0002-8976-6699](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Doutor/Ph.D. Larissa de Lima Trindade

[0000-0002-9708-0363](#)

Doutor/Ph.D. Juliano Augusto Orsi de Araujo

[0000-0001-5970-6671](#)

Resumo/Abstract

O objetivo da pesquisa é avaliar o papel moderador da corrupção na relação entre a cultura nacional e o desempenho das empresas em Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa, descritiva e documental. A amostra da pesquisa é composta por 5.269 observações coletadas de 2.123 empresas, sediadas em 20 países com os maiores valores de Produto Interno Bruto (PIB). A coleta de dados foi realizada na base Thomson Reuters Eikon®, sítio Geert Hofstede, Transparência Internacional e nos relatórios do Fórum Econômico Mundial. A análise considerou um painel desbalanceado com uso do software Stata®. Os resultados indicaram que o nível de percepção de corrupção quando combinado com a dimensão cultural de distância do poder mostrou-se negativamente relacionado com o desempenho em Responsabilidade Social Corporativa e quando combinado com a dimensão cultural de indulgência mostrou-se positivamente relacionado com a Responsabilidade Social Corporativa das empresas pesquisadas. Os achados permitem indicar que o nível de percepção de corrupção de um determinado país mostra-se um fator moderador das dimensões culturais de distância do poder, da aversão à incerteza, da orientação de longo prazo versus curto prazo



e da indulgência em oposição a restrição, com o desempenho em RSC, seja afetando a direção ou a força do relacionamento entre as variáveis. Como principal contribuição teórica, tem-se o efeito simultâneo da corrupção e da cultura nacional no desempenho em RSC das empresas

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Tópicos Especiais de Contabilidade (TEC) / Special Topics in Accounting



CORRUPÇÃO E CULTURA NACIONAL: INFLUÊNCIA NO DESEMPENHO DAS EMPRESAS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

RESUMO

O objetivo da pesquisa é avaliar o papel moderador da corrupção na relação entre a cultura nacional e o desempenho das empresas em Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa, descritiva e documental. A amostra da pesquisa é composta por 5.269 observações coletadas de 2.123 empresas, sediadas em 20 países com os maiores valores de Produto Interno Bruto (PIB). A coleta de dados foi realizada na base *Thomson Reuters Eikon*[®], sítio Geert Hofstede, Transparência Internacional e nos relatórios do Fórum Econômico Mundial. A análise considerou um painel desbalanceado com uso do software *Stata*[®]. Os resultados indicaram que o nível de percepção de corrupção quando combinado com a dimensão cultural de distância do poder mostrou-se negativamente relacionado com o desempenho em Responsabilidade Social Corporativa e quando combinado com a dimensão cultural de indulgência mostrou-se positivamente relacionado com a Responsabilidade Social Corporativa das empresas pesquisadas. Os achados permitem indicar que o nível de percepção de corrupção de um determinado país mostra-se um fator moderador das dimensões culturais de distância do poder, da aversão à incerteza, da orientação de longo prazo versus curto prazo e da indulgência em oposição a restrição, com o desempenho em RSC, seja afetando a direção ou a força do relacionamento entre as variáveis. Como principal contribuição teórica, tem-se o efeito simultâneo da corrupção e da cultura nacional no desempenho em RSC das empresas.

Palavras-chave: Cultura Nacional. Dimensões Culturais. Corrupção. Responsabilidade Social Corporativa.

1 INTRODUÇÃO

A história e as peculiaridades de cada país são oriundas de sua estrutura institucional (Abreu, Meireles & Cunha, 2015), na qual os sistemas político, financeiro, trabalhista, educacional e cultural moldam os negócios, os processos de mercado e os sistemas de coordenação dos países, influenciando também as estratégias de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) (Matten & Moon, 2008).

A RSC pode ser caracterizada como um conjunto de políticas e práticas alinhadas com os objetivos estratégicos da empresa, uma forma das organizações se comprometerem com todas as partes interessadas (internas e externas) e não apenas com sócios e acionistas (Leandro & Rebelo, 2011; Souza, Flach, Borba & Broietti, 2019). Assim, as práticas de RSC variam de acordo com as motivações dos gestores, acionistas e demais partes interessadas (Matten & Moon, 2008).

As pesquisas de Perez-Batres, Miller e Pisani (2011) e Siltaoja e Onkila (2013) evidenciaram que as pressões do ambiente institucional podem explicar as diferenças relativas das práticas de RSC. Uma possível razão decorre do fato de que as organizações cumprem expectativas institucionalizadas do seu ambiente ao adotarem práticas e estruturas de gestão esperadas pela sociedade (Tempel & Walgenbach, 2007).

As estratégias de prevenção da corrupção adotadas pelas empresas são um indicativo do comportamento estratégico para se adequar ao ambiente institucional em que a empresa está inserida (Oliver, 1991). Além disso, o sistema jurídico nacional e os indicadores institucionais desempenham um papel importante na definição da eficácia da RSC para lidar com a corrupção (Lu *et al.* 2019).

A corrupção pode ser considerada como um fenômeno cultural, porque depende de como a sociedade entende as regras e o que constitui um desvio (Melgar, Rossi & Smith, 2010). A tolerância às práticas e comportamentos corruptos é algo socialmente construído, sendo que os elementos da cultura nacional são questões indissociáveis dessa construção social, pois a cultura nacional se relaciona diretamente com a corrupção. Países pouco abertos à divulgação de informações, com processos mais burocráticos e com níveis menores de democracia são ambientes favoráveis a corrupção (Wiedenhöft, Luciano & Callegaro, 2019).

Os estudos de Jamali e Mirshak (2007) e Jones (1999) apontam que características como o ambiente sociocultural, o nível de desenvolvimento econômico e as diferenças culturais são importantes variáveis que influenciam as práticas de RSC. Seus achados corroboram com aqueles de Agyei-Mensah e Buerterey (2019), ao indicar que os níveis de corrupção e as características culturais de um país podem desempenhar papel significativo, ajudando a explicar as razões que conduzem as empresas a divulgar informações voluntárias sobre RSC em seus relatórios anuais.

A influência sobre as ações socialmente responsáveis, exercida pelas características culturais do ambiente em que as empresas estão inseridas, foram bem documentadas nos estudos prévios (Batistella, Mazzioni & Dal Magro, 2020; Esteban, Villardón & Sánchez, 2017; Gallego-Álvarez & Ortaz, 2017; Gallén & Peraita, 2018; García-Sánchez, Cuadrado-Ballesteros & Frias-Aceituno, 2016; Koprowski, Mazzioni, Dal Magro & Rosa 2021; Lu & Wang, 2021). Outros estudos exploraram a relação da corrupção ou da anticorrupção com a Responsabilidade Social Corporativa (Kong, Shu & Wang, 2021; Ucar & Staer, 2020; Xu, Qiao, Che & Tong, 2019).

Contudo, a análise conjunta das influências da cultura nacional e da corrupção no desempenho em RSC é um tema pouco explorado. Uma exceção, é o estudo de Agyei-Mensah e Buerterey (2019), que investigou empresas localizadas na Coreia do Sul, Egito, Quênia, Nigéria e África do Sul. O presente estudo expande a análise para um conjunto mais amplo de países, incluindo mercados mais consolidados, para superar as lacunas existentes e ampliar os entendimentos dessa influência.

Halkos e Skouloudis (2017) observam que os resultados contraditórios que são encontrados na literatura destacam a necessidade da ampliação da análise da ligação entre a cultura nacional e a RSC. Adicionalmente, analisar a relação entre a RSC e os fatores do ambiente institucional torna-se relevante para entender a adoção e divulgação de RSC entre os países (Gallén & Peraita, 2018). Aguinis e Glavas (2012) argumentam que o avanço dos conhecimentos relacionados a RSC exige a inclusão de variáveis de mais de um nível de análise, incluindo países, blocos econômicos e regiões geográficas.

Diante do contexto apresentado, a investigação pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: **qual a influência da corrupção e da cultura nacional no desempenho das empresas em Responsabilidade Social Corporativa?** O objetivo da pesquisa é avaliar o papel moderador da corrupção na relação entre a cultura nacional e o desempenho das empresas em RSC.

O estudo possui uma relevância de ordem prática, pois as ações socialmente responsáveis desenvolvidas pelas empresas estão cada vez mais populares, variam em cada país e são justificadas pelo ambiente institucional (Liu, Radhakrishnan & Tsang, 2018). Por sua vez, a corrupção é uma preocupação global e pode assumir várias formas, incluindo o suborno, apropriação indébita, lavagem de dinheiro, evasão fiscal e clientelismo, impondo restrições ao crescimento e desenvolvimento das empresas e dos países (Le & Doan, 2020).

A investigação também contribui com a agenda de pesquisas que relacionam a RSC, os desafios da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),



especialmente com o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Dentre as metas do ODS 16 estão; o desenvolvimento sustentável; o combate a corrupção e o suborno em todas as suas formas; o fortalecimento das instituições nacionais relevantes nos países em desenvolvimento.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção, apresenta-se o contexto das relações teóricas e das evidências empíricas entre a corrupção, as dimensões culturais das sociedades e a RSC.

2.1 Corrupção e Responsabilidade Social Corporativa

A corrupção está ligada a ideia de abuso do poder, suborno, apropriação errônea de recursos públicos ou propriedade, nepotismo, dentre outras formas (Santos & Takamatsu, 2018). É decorrente dos aspectos políticos e jurídicos de um país, das políticas econômicas e estruturais, do papel das instituições, do desenvolvimento humano e da globalização (Agyei-Mensah & Buertey, 2019).

A corrupção é um problema latente que prejudica o desenvolvimento de todos os países, que ocorre por meio do desvio dos recursos públicos e privados que deveriam ser aplicados em diversos programas sociais (Botinha & Lemes, 2019). Além disso, afeta os regulamentos e procedimentos do país, influenciando fortemente o desperdício de recursos econômicos (Aladwani, 2016).

A corrupção está presente em todos os países, independente do seu sistema jurídico, político ou econômico, porém possui diferenças de intensidade e escala (Brol, 2016) e sua incidência varia de acordo com a sociedade de cada país (Power & González, 2003). A tolerância às práticas de corrupção e ao comportamento corrupto é algo socialmente construído, sendo os elementos da cultura nacional questões indissociáveis dessa construção social (Wiedenhöft et al., 2019).

A corrupção afeta a eficiência institucional por meio dos atos corruptos praticados por seus representantes, em decorrência do aumento no investimento público e a concomitante redução da produtividade, pois as partes envolvidas passam a priorizar interesses próprios em detrimento do interesse público. Portanto, combater a corrupção é fundamental para que as empresas atuem cada vez mais de forma eficiente, promovendo as condições necessárias para o crescimento sustentado (Rodrigues, Gomes & Teixeira, 2020; Tanzi & Davoodi, 1998).

Ucar e Staer (2020) analisaram a relação da corrupção com a RSC em empresas dos Estados Unidos, no período de 1991 a 2013. A corrupção local foi mensurada por meio da média do número de condenações por funcionário estadual para o estado-sede da empresa nos últimos cinco anos, enquanto para a RSC da empresa foram considerados os aspectos sociais e ambientais. As empresas localizadas em áreas com altos níveis de corrupção apresentaram níveis mais baixos de pontuação de RSC, sugerindo o impacto negativo da corrupção local sobre o comportamento socialmente responsável empresas.

A pesquisa de Kong et al. (2021) analisou o efeito da campanha anticorrupção da China na RSC das empresas do país. O estudo constatou que a campanha anticorrupção permitiu que as empresas melhorassem seu desempenho em RSC ao aliviar as restrições financeiras e aumentar as folgas financeiras. Além disso, a maior atenção dos analistas para a empresa aumentou a pressão sobre os gestores para participarem das atividades de RSC.

Efeitos semelhantes foram verificados por Xu et al. (2019), ao analisar empresas listadas em Xangai e Shenzhen da China, no período de 2013 a 2015. Os resultados indicaram que a intensidade da anticorrupção regional tem um efeito positivo e significativo na divulgação de RSC das empresas. Além disso, os esforços anticorrupção institucionalizados e constantes podem melhorar o ambiente e regular as empresas para serem mais responsáveis socialmente.

A anticorrupção também melhora a supervisão externa e aumenta a atenção das partes interessadas, exigindo das empresas desempenho superior em RSC (Kong et al., 2021). Assim, os fatores ambientais externos têm impacto na divulgação de informações de RSC das empresas, influenciando na relação entre o nível de corrupção do país e a divulgação de informações de RSC de uma empresa (Xu et al., 2019).

As empresas pertencentes a países econômica e socialmente mais avançados, com altos níveis de transparência e baixa percepção da corrupção, estão mais propensas a desenvolver práticas de RSC, incluindo a divulgação de relatórios de RSC (Kühn, Stiglbauer & Fifka, 2018). Em sentido contrário, há um desincentivo para aumentar o envolvimento em RSC em contextos altamente corruptos, tendo em vista que o engajamento em RSC é oneroso (Ucar & Staer, 2020).

2.2 Cultura Nacional e Responsabilidade Social Corporativa

A cultura é denominada como um conjunto de crenças e costumes que se refletem nas relações e no comportamento da sociedade, permitindo diferenciar os membros de uma nação, região ou grupo étnico (Winthrop, 1991; Hofstede, 1994). A cultura é um dos determinantes fundamentais das diferenças entre os indivíduos (Ho, Wang & Vitell, 2012) e é base para a definição e explicação das diferenças entre os sistemas de valores organizacionais (Hofstede, Hofstede & Minkov, 2010).

O trabalho seminal de Geert Hofstede sobre as diferenças entre as nações estabeleceu novas perspectivas na gestão internacional e desdobrou as características dimensionais da cultura em seis dimensões: distância do poder; coletivismo *versus* individualismo; aversão à incerteza; masculinidade *versus* feminilidade; orientação de longo prazo *versus* orientação de curto prazo; indulgência *versus* restrição (Hofstede Insights, 2021; Hofstede et al., 2010; Hofstede, 1980).

As seis dimensões abordam seis áreas de problemas antropológicos que as sociedades em todo o mundo lidam de forma diferente, refletindo os padrões estáveis de características entre os países. Para cada dimensão e para cada país é atribuída uma pontuação que varia de 0 a 100, que mede quantitativamente o nível de preferência cultural de cada país. Nesta escala, 50 é o nível médio, inferior a 50 indica pontuação relativamente baixa naquela cultura e superior a 50 indica pontuação relativamente alta da cultura (Gallego-Álvarez & Ortas, 2017; Halkos & Skouloudis, 2017, Hofstede et al., 2010).

A dimensão de distância do poder está relacionada aos valores nacionais com respeito a desigualdade de poder no local de trabalho e na sociedade em geral, refletindo a distribuição desigual de poder e de autoridade nas instituições (Ringov & Zollo, 2007). A distância do poder está negativamente relacionada às práticas de RSC, partindo do pressuposto de que iniciativas ambientais e sociais serão discutidas abertamente entre a comunidade e demais interessados quando a sociedade possuir características de baixa distância de poder (Ringov & Zollo, 2007).

Gallego-Álvarez e Ortas (2017), Gallén e Peraita (2018) e Peng, Dashdeleg e Chih (2012) apontam que a distância do poder possui impactos negativos nos compromissos socialmente responsáveis das empresas. Esta percepção é reforçada por Thanetsunthorn (2015), ao argumentar que a menor preocupação com as questões de RSC são identificadas em países com alto índice de distância de poder. Essa relação também foi percebida por Nguyen e Truong (2016), investigando empresas no Vietnã.

Os achados de García-Sánchez et al. (2016) e Lu e Wang (2021) denotam que a baixa distância do poder se relaciona com melhor desempenho ambiental e maior divulgação das informações de RSC das empresas. Mohamed Adnan, Hay e Van Staden (2018) observaram que a distância do poder está negativamente relacionada a divulgação de RSC, mas sugerem que os mecanismos de governança corporativa são utilizados para neutralizar esse efeito.

Contudo, alguns estudos não identificaram influência desta dimensão cultural na RSC, a exemplo de Batistella et al. (2020), Esteban et al. (2017) e Halkos e Skouloudis (2017). Além disso, tem-se evidências de que a maior distância do poder possui impacto positivo e significativo no desempenho em RSC, conforme reportado por Ho et al. (2012), Kang, Lee e Yoo (2016), Thanetsunthorn e Wuthisatian (2018), Pinheiro, Sampaio, Guimarães e Rebouças (2021) e Koprowski et al. (2021). Nestes ambientes, admite-se que ao aumentar o engajamento em RSC, as empresas terão o inquestionável apoio de seus empregados e membros da organização, pois estes aceitam a hierarquia presente na sociedade (Hofstede, 2001).

A dimensão do individualismo *versus* coletivismo representa a integração dos indivíduos em grupos primários e seu grau de integração dentro de um grupo, diz respeito ao grau interdependência dos membros de uma sociedade (Hofstede, 1980; Hofstede Insights, 2021). Nas sociedades individualistas (alta pontuação nesta dimensão), os indivíduos cuidam de si e de sua família imediata, os membros possuem uma visão mais competitiva e assertiva, com laços fracos entre eles (Hofstede, 1980; 1994). Já em países mais coletivistas (baixa pontuação), os indivíduos são integrados em grupos na sociedade desde o nascimento, marcados por uma visão de família mais alargada. O coletivo não possui sentido político, mas de relação com o grupo, os quais se protegem mutuamente em troca de lealdade (Hofstede, 1994).

As pesquisas de Koprowski et al. (2021), Mohamed Adnan et al. (2018), Peng et al. (2012) e Pinheiro et al. (2021), demonstraram que quanto maior o individualismo maior o engajamento da empresa em práticas de RSC e divulgação, justificado pelo fato de que as empresas sediadas em países individualistas utilizam as práticas e a divulgação de RSC para sinalizar às suas partes interessadas seu comportamento socialmente responsável.

Por sua vez, Ringov e Zollo (2007) argumentam que, ao menos que esteja no seu rol de interesse próprio, as empresas em sociedades altamente individualistas tendem a demonstrar menor preocupação com os impactos ambientais e sociais dos seus negócios na sociedade. Em contrapartida, Ho et al. (2012) sustentam que as sociedades coletivistas enfatizam mais a preocupação sobre o impacto dos negócios na sociedade.

Evidências de que o individualismo impacta de forma negativa e significativa no desempenho socialmente responsável das empresas foram reportadas por Gallego-Álvarez e Ortas (2017) e Ho et al. (2012). Resultados semelhantes foram verificados nas pesquisas de Esteban et al. (2017), García-Sánchez et al. (2016) e Kang et al. (2016), ao constatar que nos países com maior coletivismo, existe maior repasse informacional por parte das empresas sobre as atividades socialmente responsáveis, como consequência das melhores práticas de RSC.

A dimensão da masculinidade *versus* feminilidade se refere aos papéis emocionais entre homens e mulheres, que refletem duas vertentes diferentes dentro de uma sociedade. As mulheres conservam valores como carinho e modéstia, sendo a feminilidade caracterizada pelo gostar do que faz. Por sua vez, os homens se caracterizam pela assertividade e competitividade, caracterizando a masculinidade por querer ser o melhor (Hofstede, 1998).

Empresas localizadas em sociedades com maior feminilidade dão maior ênfase as questões sociais e ambientais, pois enfatizam as relações humanas e a preocupação com a sociedade (Esteban et al., 2017; García-Sánchez et al., 2016), tais aspectos influenciam o comportamento empresarial e as iniciativas relacionadas à RSC (Koprowski et al., 2021).

Os resultados de Ringov e Zollo (2007) foram corroborados pelos estudos de Batistella et al. (2020), Gallego-Álvarez e Ortas (2017), Gálle e Peraita (2018), Kang et al. (2016), Lu e Wang (2021), Peng et al. (2012) e Thanetsunthorn (2015), ao constar que a masculinidade exerce influência negativa e significativa sobre as atividades socialmente responsáveis realizadas pelas organizações. Este comportamento é justificado pelo fato de as sociedades altamente masculinas dão pouco valor ao cuidado com os outros, à inclusão, à cooperação e

solidariedade, além disso a cooperação é considerada um sinal de fraqueza (Ringov & Zollo, 2007).

Entretanto, resultados divergentes foram observados nos estudos de Ho et al. (2012), Mohamed Adnan et al. (2018) e Pinheiro et al. (2021), ao apontar que o maior desempenho em RSC está associado às culturas mais masculinas.

A dimensão cultural de aversão à incerteza está relacionada ao nível de estresse de uma sociedade frente ao futuro desconhecido, repleto de incertezas ou ambiguidades (Hofstede, 1980). Esta dimensão não trata de um comportamento social, mas indica até que ponto os membros de uma cultura se sentem confortáveis ou desconfortáveis em situações desconhecidas ou incertas, e seu medo com as mudanças (Halkos & Skouloudis, 2017; Hofstede, 1980, 1994).

Evitar incertezas indica que a sociedade utiliza e adere as leis, regras e medidas de segurança para se sentirem confortáveis. Por sua vez, em sociedades que não há tal aversão, os indivíduos tendem a ser mais emocionais e flexíveis em suas atitudes e comportamentos, com maior propensão em se envolver em situações de risco (Hofstede, 1980, 1994).

Os achados de Batistella et al. (2020), Gallego-Álvarez e Ortas (2017), Gallén e Peraita (2018), Ho et al. (2012), Kang et al. (2016), Lu e Wang (2021), Peng et al. (2012) e Thanetsunthorn (2015), sugerem que o maior desempenho e divulgação em RSC está relacionado a maior aversão a incerteza, devido as pressões das partes interessadas e sua influência nas práticas de RSC nesses países.

Resultados contrários foram verificados por García-Sánchez et al. (2016); Halkos e Skouloudis (2017); Koprowski et al. (2021) e Voller, Siano, Palazzo e Amabile (2020), cujos estudos apontaram que empresas com maior aversão a incerteza apresentam níveis mais baixos de desempenho ambiental, pois estas sociedades são orientadas por regras e rotinas, sendo mais difícil de se adaptar às novas demandas, às práticas sociais e ambientais voluntárias.

A dimensão orientação a longo prazo relaciona a escolha de foco para o esforço das pessoas: o futuro, ou presente e o passado, refletindo o grau em que a sociedade tem sua perspectiva voltada para o futuro (Halkos & Skouloudis, 2017; Hofstede et al., 2010). As sociedades focadas em valores culturais que se preocupam com a orientação de longo prazo apresentam uma orientação voltada para o futuro, com valores de perseverança, parcimônia e grande importância à economia (Hofstede et al., 2010).

Já as sociedades de orientação a curto prazo voltam-se ao passado e ao presente, atribuindo maior relevância aos resultados evidenciados no curto prazo, na linha operacional. As sociedades orientadas para o curto prazo mantêm o respeito à tradição e cumprem com as obrigações sociais, porém priorizam sempre os resultados imediatos, como a satisfação e a felicidade presente (Halkos & Skouloudis, 2017; Hofstede, 1994; Hofstede et al., 2010).

Nguyen e Truong (2016) argumentam que a orientação a longo prazo tem impacto positivo na percepção de RSC dos gerentes. No mesmo sentido argumentam Gallego-Álvarez e Ortas (2017), García-Sánchez et al. (2016), Halkos e Skouloudis (2017), Koprowski et al. (2021), Lu e Wang (2021) e Pinheiro et al. (2021), sugerindo que os países com orientação no longo prazo fomentam a RSC e apresentam maiores desempenhos em RSC. Segundo Gallego-Álvarez e Ortas (2017), as culturas com orientação a longo prazo estão mais comprometidas com preservação ambiental e com as questões de sustentabilidade.

Quando um país se orienta a longo prazo, o número de empresas que realiza a divulgação das informações socioambientais é maior (Pinheiro et al., 2021). As sociedades com orientação de longo prazo exigem práticas de RSC mais elevadas e preferem o relatório de sustentabilidade em vez do relatório financeiro tradicional, uma vez que este informa sobre o comportamento social e ambiental das empresas e seus impactos no futuro (García-Sánchez et al., 2016).

Koprowski et al. (2021) reforçam este argumento, indicando que as empresas localizadas em países orientados a longo prazo possuem propensão para apresentar bons desempenhos em RSC, uma vez que a orientação a longo prazo consiste, além da perpetuidade da empresa, no atendimento das partes interessadas e não unicamente dos acionistas.

A dimensão cultural da indulgência *versus* restrição busca explicar até que ponto as pessoas tentam controlar seus desejos e impulsos, com base no modo como foram criadas. Um controle relativamente fraco é chamado de indulgência e um controle relativamente forte é chamado de restrição (Gallego-Álvarez & Ortas, 2017).

As sociedades consideradas indulgentes estão dispostas a fazer o que for necessário visando a sua felicidade, sendo caracterizadas por permitir a gratificação dos desejos humanos naturais relacionados com aproveitar a vida, diversão e gastar dinheiro. As sociedades indulgentes tendem a dar mais importância à liberdade de expressão e ao lazer, com menor propensão para a disciplina moral (Gallén & Peraita, 2018; Hofstede et al., 2010).

Já as sociedades restritivas tendem a controlar seus desejos e impulsos, seus indivíduos suprimem sua satisfação de necessidades sob normas sociais restritivas, priorizam a manutenção da ordem, da moral e da disciplina na sociedade (Hofstede et al., 2010; Thanetsunthorn & Wuthisatian, 2018).

As pesquisas de Gallén e Peraita (2018), Halkos e Skouloudis (2017) e Pinheiro et al. (2021) sugerem que as culturas indulgentes fomentam a RSC, divergindo dos achados de Gallego-Álvarez e Ortas (2017) e Lu e Wang (2021), que sinalizam a indulgência negativamente relacionada ao nível de divulgação e de práticas de RSC das empresas.

Nas culturas indulgentes, a vontade de buscar a felicidade no momento presente pode influenciar gerentes de negócios a conceber os investimentos de longo prazo como custos excessivos, levando a uma redução significativa nos investimentos e nas práticas de RSC (Thanetsunthorn & Wuthisatian, 2018).

Por sua vez, as empresas localizadas em ambientes menos indulgentes atuam no limite das normas, não se preocupando com ações voluntárias e voltadas para as demandas dos *stakeholders*, a exemplo da divulgação socioambiental (Pinheiro et al., 2021), tal posicionamento reflete negativamente na RSC das empresas.

Diante do contexto apresentado, nota-se a existência de resultados divergentes entre as distintas pesquisas, criando uma oportunidade de novas investigações, para incorporar novos *insights* de como os ambientes multiculturais e níveis diferenciados de transparência podem exercer influência no comportamento responsável das empresas. Os procedimentos adotados na investigação são evidenciados na seção a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir de suas especificidades, a pesquisa pode ser caracterizada como quantitativa, descritiva e documental (Martins & Theóphilo, 2016). Para assegurar perspectivas de representatividade nas características culturais, distintos níveis de corrupção (transparência) e na representatividade econômica, definiu-se analisar empresas de capital aberto sediadas nos 20 países com maior Produto Interno Bruto (PIB) ao final de 2020 (*World Bank*), com dados disponíveis na base *Thomson Reuters Eikon*[®], em dezembro de 2021.

Não foram consideradas as empresas do segmento financeiro e de seguros, em virtude das suas especificidades operacionais. Em seguida, visando maior robustez, optou-se em manter na análise somente os países que disponibilizavam no mínimo 50 observações de empresas no período de 2016 a 2020. A partir deste critério e de acordo com o *ranking* do PIB disponibilizado pelo *World Bank*, a Arábia Saudita após a coleta totalizou 21 observações e foi substituída pela Polônia (próximo país no ranking do PIB), que dispunha 79 observações. A

Tabela 1 apresenta as variáveis, as respectivas métricas, a fonte de coleta dos dados e alguns autores de base que já utilizaram e testaram as variáveis.

Tabela 1 – Constructo da pesquisa

Variável	Operacionalização	Autores de base
Variável Dependente		
Responsabilidade Social Corporativa (RSC)	Escala de 0 a 100, da categoria de estratégia de RSC e a integração das dimensões econômicas, sociais e ambientais em seus processos de tomada de decisão.	Agyei-Mensah e Buertey (2019); Koprowski et al. (2021).
Variáveis Independentes		
Índice de Percepção de Corrupção (IPC)	Escala de 0 a 100, sendo 0 igual a alto grau de percepção de corrupção e 100 alto grau de percepção de integridade no setor público.	Agyei-Mensah e Buertey (2019); Koprowski et al. (2021); Le e Doan (2020).
Distância do Poder (DP)	Escala de 0 a 100, em que mais próxima de 100 maior a distância do poder e mais próxima de 0 menor a distância do poder.	Hofstede (2001); Hofstede Insights (2021); Ho et al. (2012); Ringov e Zollo (2007).
Individualismo (IND)	Escala de 0 a 100, em que mais próxima de 100 maior o individualismo do país e mais próxima de 0 maior o coletivismo.	Hofstede (2001); Hofstede Insights (2021); Ho et al. (2012); Koprowski et al. (2021) Ringov e Zollo (2007).
Masculinidade / Feminilidade (MAS)	Escala de 0 a 100, em que mais próxima de 100 maior a masculinidade do país e mais próxima de 0 maior a feminilidade.	Hofstede (2001); Hofstede Insights (2021); Ho et al. (2012); Koprowski et al. (2021) Ringov e Zollo (2007).
Aversão à Incerteza (AV)	Escala de 0 a 100, em que mais próxima de 100 maior aversão à incerteza e mais próxima de 0 menor aversão à incerteza.	Hofstede (2001); Hofstede Insights (2021); Ho et al. (2012); Koprowski et al. (2021); Ringov e Zollo (2007).
Orientação a Longo Prazo / Curto Prazo (OL)	Escala de 0 a 100, em que mais próxima de 100 maior a orientação em longo prazo e mais próxima de 0 maior a orientação em curto prazo.	Hofstede (2001); Hofstede Insights (2021); Koprowski et al. (2021).
Indulgência versus Restrição (INDUL)	Escala de 0 a 100, em que mais próxima de 100 maior a indulgência e mais próxima de 0 maior a restrição.	Hofstede (2001); Hofstede Insights (2021); Koprowski et al. (2021).
Variáveis de Controle		
Retorno sobre Ativos (ROA)	Lucro Líquido / Ativo Total	Gallego-Álvarez e Ortas (2017); Ho et al. (2012);
Tamanho (TAM)	Log do Ativo Total da empresa i no ano t	Ho et al. (2012); Ringov e Zollo (2007);
Diversidade de Gênero (GEN)	Número de mulheres no conselho de administração / Total de membros do conselho	Boukattaya e Omri, (2021); Orazalin e Baydauletov, (2020); Yarram e Adapa (2021).
Market to Book (MB)	Valor de mercado da empresa / Valor contábil do patrimônio líquido	Ho et al. (2012); Ringov e Zollo (2007); Ucar e Staer (2020).
Contabilidade e Auditoria (CONT&AUD)	Escala de 0 (pior) a 100 (melhor), calculada considerando a força dos padrões de contabilidade e auditoria, a regulamentação dos conflitos de interesse e a governança dos acionistas	Brusca, Manes Rossi e Aversano (2018); Mohamed Adnan et al. (2018).
Alavancagem (ALAV)	(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Ativo Total	Ho et al. (2012); Ringov e Zollo (2007).
SETOR	Variável dummy que assume 1 para empresas constantes no setor industrial e 0 para os demais casos.	García-Sánchez et al. (2016); Ho et al. (2012); Mohamed Thanetsunthorn e Wuthisatian (2018).
Auditoria Big Four de Sustentabilidade (BIG4)	Variável dummy que assume 1 para quando a empresa de auditoria está entre as Big Four e 0, caso contrário.	Mohamed Adnan et al. (2018).



Para a definição da amostra, utilizou-se o procedimento de identificação de possíveis valores extremos ou observações atípicas (*outliers*) nas variáveis quantitativas em nível de empresa da amostra investigada. Para tanto, criou-se variáveis padronizadas por meio do *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS^{®□}) 20.0* e foram retirados os casos que mostraram intervalos de distribuição $\geq 5,0$, permitindo suavizar a média dos dados discrepantes (Rodrigues & Paulo, 2012). Após o procedimento descrito, a amostra ficou composta de 2.123 empresas e resultou em 5.269 observações.

Para a coleta de dados das variáveis dependentes e de controle foi utilizada a base de dados *Thomson Reuters Eikon[®]*. Para a variável independente de corrupção (IPC) foi utilizado o *website* da Transparência Internacional e para a coleta das dimensões culturais foi utilizado *website* do Geert Hofstede, cujas dimensões culturais foram revisadas e as escalas em nível de país atualizadas em 2015. E, a variável de controle Contabilidade e Auditoria (CONT&AUD), foi coletada no relatório do Fórum Econômico Mundial (*The Global Competitiveness Report*).

Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas do *Microsoft Excel[®]*, e posteriormente para que as técnicas estatísticas apresentadas fossem operacionalizadas foi utilizado o *Software Stata[®]*. Utilizou-se da estatística univariada (mínimo, máximo, média, mediana e desvio padrão) e a estatística multivariada (painel de dados desbalanceado com efeitos aleatórios).

Os modelos com efeitos fixos não se mostraram viáveis para as estimações das variáveis independentes de cultura, pois não apresentam variação no comportamento no decorrer do tempo. Adicionalmente, os pressupostos dos modelos foram verificados e atendidos pelo uso dos efeitos aleatórios. Uma vez que, para a definição da utilização dos estimadores dos modelos obtidos por *Pooled Ordinary Least Square (POLS)* e por efeitos aleatórios foi utilizado o teste *Lagrange multiplier (LM)* de Breusch-Pagan. O resultado do teste de Breusch-Pagan, apontou que existe diferença significativa (ao nível de 5%) entre as empresas da amostra, justificando a adoção da modelagem em painel, por efeitos aleatórios.

Para validar os resultados, foram considerados os pressupostos teóricos por meio dos testes de multicolinearidade e autocorrelação. Operacionalizou-se uma estimação individual para cada uma das seis dimensões culturais, incluindo a moderação da corrupção na RSC das empresas, conforme modelo básico indicado na Equação 1:

$$RSC_{it} = \beta_0 + \beta_1 DCultura_{it} + \beta_2 DCultura * IPC_{it} + \beta_3 ROA_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \beta_5 MB_{it} + \beta_6 ALAV_{it} + \beta_7 GEN_{it} + \beta_8 CONTAUD_{it} + \beta_9 BIG4_{it} + \beta_{10} SETOR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (\text{Eq. 1})$$

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva da variável dependente do estudo, segregada por país. A respeito do desempenho em RSC das empresas, considerou-se os valores mínimos, máximos, a média e o desvio padrão das empresas da amostra segregados por país. Na amostra investigada, tanto a empresa com o menor desempenho em RSC (0,13) quanto à empresa com o maior desempenho em RSC (99,65) estão sediadas nos Estados Unidos. A média total do desempenho em RSC da amostra ficou em 57,90. As maiores médias de desempenho foram identificadas no Canadá (68,94) e na Austrália (65,75), enquanto as menores médias foram constatadas na Espanha (48,34), na França (49,51).

Os países que apresentaram maior desvio padrão (dispersão) dos dados em relação à média foram: a Espanha (28,93), a Polônia (28,75), a Suíça (27,72), enquanto valores mais homogêneos foram identificados no Canadá (19,40), Austrália (21,26) e Turquia (23,55). A mediana da amostra é de 58,86, valor correspondente às empresas do Brasil, sendo que os países

com as menores medianas foram a Espanha (44,08) e a França (47,20). Já os países com as maiores medianas da amostra são o Canadá (70,24) e a Austrália (69,05).

Tabela 2 – Estatística Descritiva do Desempenho em RSC por país

País	RSC					
	Número	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Mediana
Alemanha	358	51,26	27,12	2,68	94,77	50,00
Austrália	231	65,75	21,26	21,69	99,02	69,05
Brasil	143	57,75	25,89	0,63	98,78	58,86
Canadá	327	68,94	19,40	6,50	99,12	70,24
China	474	57,17	24,78	0,37	99,41	58,46
Coreia do Sul	154	57,39	25,71	10,19	98,7	54,37
Espanha	107	48,34	28,93	1,92	98,03	44,08
Estados Unidos	1209	62,96	23,66	0,13	99,65	64,44
França	279	49,51	26,18	0,35	97,42	47,20
Holanda	113	56,79	27,01	6,00	97,34	59,42
Índia	162	62,01	23,92	14,74	96,99	66,25
Indonésia	79	50,84	25,22	11,96	95,83	47,22
Itália	171	52,98	26,39	1,53	97,47	51,82
Japão	508	50,18	26,37	0,64	99,55	50,23
México	98	58,32	24,90	2,70	96,94	58,11
Polónia	77	52,70	28,75	2,00	98,68	50,00
Reino Unido	430	60,22	23,88	9,52	99,45	58,44
Rússia	90	53,60	27,63	4,88	98,33	52,29
Suíça	167	54,08	27,72	0,76	96,95	56,03
Turquia	92	56,01	23,55	13,27	98,39	56,12
TOTAL	5269	57,90	25,48	0,13	99,65	58,86

A Tabela 3 apresenta os valores mínimo e máximo das dimensões culturais dos países incluídos na amostra.

Tabela 3 – Dimensões culturais

	DP	IND	MAS	AV	OL	INDUL
Mínimo	34	14	14	30	21	20
Máximo	93	91	95	95	100	97

Legenda: DP: Distância do Poder; IND: Individualismo; MAS: Masculinidade; AV: Aversão a Incerteza; OL: Orientação a Longo Prazo; INDUL: Indulgência.

Quanto ao nível de Distância do Poder (DP), o país com menor pontuação é a Suíça (34) e a maior distância do poder foi constatada na Rússia (93). No que tange a dimensão cultural de Individualismo (IND), o país mais individualista da amostra é os Estados Unidos (91) e o país mais coletivista é a Indonésia (14). Com relação aos países com maior Masculinidade (MAS) foi identificado o Japão (95) e a sociedade mais feminina da amostra é a Holanda (14).

Na dimensão Aversão a Incerteza (AV), o país com menor pontuação é a China (30) e o país com maior Aversão a Incerteza é a Rússia (95). A sociedade com maior Orientação de Longo Prazo (OL) é a Coreia do Sul (100) e o país com maior orientação de curto prazo da amostra é Austrália (21). O país mais indulgente é o México (97) e o mais restrito da amostra é a Rússia (20).

A Tabela 4 apresenta os valores mínimo e máximo do índice de percepção da corrupção dos países da amostra.

Tabela 4 – Índice de Percepção da Corrupção (IPC) por ano e país

	IPC 2020	IPC 2019	IPC 2018	IPC 2017	IPC 2016
Mínimo	30	28	28	29	29
Máximo	85	85	85	85	86

Legenda: IPC: Índice de Percepção da Corrupção.

A Suíça mostrou-se o país mais íntegro em todos os anos da pesquisa (2016 a 2020), enquanto a Rússia mostrou-se o país mais corrupto da amostra, juntamente com México nos anos de 2017, 2018. De acordo com a Transparência Internacional (2021), a região da Europa Ocidental e da União Europeia permanece no topo do IPC, mesmo que este índice esteja estagnado nos últimos anos. Além disso outros países considerados desenvolvidos são os que apresentaram maiores níveis de integridade da amostra.

Em contraponto, quando analisados os países emergentes, a exemplo do Brasil, Índia, Indonésia, México e Rússia, são percebidos níveis mais baixos de integridade, abaixo da média global, que conforme a Transparência Internacional (2021) é de 43 pontos. O IPC destes permanece estagnado, sem avanços significativos para enfrentar o problema da corrupção no período analisado.

A partir dos resultados da Tabela 3 e da Tabela 4, pode-se constatar que a amostra utilizada nesta pesquisa é composta por países com características culturais distintas e com níveis de corrupção variados, permitindo avaliar a influência no desempenho em RSC das empresas. A Tabela 5 apresenta a estatística descritiva das variáveis de controle quantitativas da amostra.

Tabela 5 – Estatística descritiva das variáveis quantitativas

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ROA	0,0476	0,0521	-0,1680	0,2570
TAM	9,7770	0,6430	7,8820	11,7200
GEN	0,2040	0,1400	0,0000	0,6250
MB	2,8530	5,3110	-70,3300	69,8800
CONT&AUD	5,4450	0,5990	4,0000	6,3000
ALAV	0,5900	0,1980	-0,0066	1,2430

Legenda: ROA: Retorno sobre Ativos, TAM: Tamanho da empresa; GEN: Diversidade de Gênero no Conselho de Administração; MB: Market to book; CONT&AUD: Contabilidade e Auditoria; ALAV: Alavancagem.

Em relação ao Retorno sobre os ativos (ROA), o valor mínimo das empresas da amostra foi percebido no Japão (-0,168), em contraponto o valor máximo da amostra foi de uma empresa sediada no Reino Unido (0,257). Quando analisado o tamanho das empresas, mensurado mediante o logaritmo do valor contábil do ativo total, a maior empresa está localizada na Alemanha (11,72) em contrapartida a menor empresa localiza-se no Reino Unido (7,882).

No que diz respeito a variável de diversidade de gênero no conselho de administração das empresas (GEN), a média geral da amostra foi de 0,204, o que indica que a média de mulheres no conselho de administração é de aproximadamente 20,40% do total de número de conselheiros. Além disso, todos os países da amostra possuem empresas que não possuem a presença feminina no conselho de administração.

A variável Market to Book (MB) indica a relação entre o valor de mercado da empresa e seu valor contábil. A empresa com o menor valor para esta variável está sediada nos Estados Unidos (-70,33) e a empresa com que apresentou maior valor para o MB localiza-se na Espanha (69,88). Em relação a alavancagem (ALAV) das empresas, o país sede da empresa com menor alavancagem é o Canadá (-0,0066) e o país com a empresa que possui maior alavancagem é a França (1,243).

Quanto a variável que retrata a força dos padrões de Contabilidade e Auditoria, a regulamentação dos conflitos de interesse e a governança dos acionistas (CONT&AUD), constatou-se que os países com maior valor para esta variável foram o Canadá, a Holanda e a Suíça (6,30), enquanto Rússia é a sede da empresa que apresenta o menor valor (4,00).

Outras características das empresas também foram selecionadas como variáveis de controle da pesquisa, como o setor que a empresa pertence e se a empresa possui uma das *Big*

Four auditando suas informações voltadas a sustentabilidade. A Tabela 6, apresenta a frequência destas variáveis.

Tabela 6 – Frequência das variáveis de controle dicotômicas

BIG4	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	1.073	20,36%
Não	4.196	79,64%
Total	5.269	100%
Setor	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Industrial	1.249	23,70%
Outros	4.020	76,30%
Total	5.269	100%

Legenda: BIG4: Auditoria *Big Four* de Sustentabilidade: 1 para quando a empresa de auditoria está entre as Big Four e 0, caso contrário; SETOR: 1 para empresas constantes no setor industrial e 0 para os demais casos.

No que se refere as variáveis de controle dicotômicas, identificou-se que das 5.269 observações analisadas, 1.073 observações são auditadas pelas quatro maiores empresas de auditoria do mundo. Percebe-se que o setor industrial representa 23,70% da amostra e 76,30% das empresas da amostra são de outros setores que não os considerados como industriais.

Para atender o objetivo da pesquisa de avaliar o papel moderador da corrupção na relação entre a cultura nacional e o desempenho das empresas em Responsabilidade Social Corporativa, foram desenvolvidos seis modelos, mediante a multiplicação das variáveis originais (DP* IPC; IND*IPC; MAS*IPC; AV*IPC; OL*IPC; INDUL*IPC).

Baron e Kenny (1986), conceituam a variável moderadora como aquela que modifica a natureza da relação entre uma variável independente e uma dependente, seja afetando a direção ou a força do relacionamento. O Índice de Percepção da Corrupção não foi considerado individualmente, pois se mostrou com alta correlação com algumas das variáveis das dimensões culturais, produzindo ruídos nos pressupostos de validade. Assim, a análise baseou-se nas dimensões culturais de Hofstede individualizadas e sua moderação com o IPC. Os resultados estão expostos na Tabela 7.

A dimensão cultural de Distância do Poder (DP), isoladamente, possui relação negativa com o desempenho em RS (modelo 1). Pela forma como as variáveis foram estruturadas, os resultados permitem inferir que nos países com maior distância do poder as empresas estão menos propensas a desenvolver práticas de RSC, porém tal influência não é significativa. Ao se moderar essa dimensão cultural com o nível de corrupção do país, a relação torna-se negativa e significativa, atendendo ao pressuposto de Baron e Kenny (1986), aumentando a força do relacionamento. Este resultado permite inferir que a percepção de corrupção do país amplia a influência negativa da dimensão cultural distância do poder no desempenho responsável das empresas.

Ao se calcular a correlação, a distância do poder mostrou-se altamente associada com menores níveis de transparência ou maiores níveis de percepção da corrupção no país (-0,8785). O resultado se coaduna com Boateng, Wang, Ntim e Glaister (2021), ao indicar que a elevada distância do poder dá lugar a uma cultura do favoritismo e do nepotismo, consequentemente aumenta os níveis de corrupção, tendo em vista que nestas sociedades os cidadãos estão acostumados a aceitar comportamentos egoístas daqueles que estão no poder.

Já em uma cultura de baixa distância do poder, os cidadãos esperam que aqueles que estão no poder agirão de forma legítima e justa no exercício de sua autoridade. As pessoas esperam ser tratadas igualmente e privilégios não adquiridos não são aceitos (Hofstede Insights, 2021). Os resultados sugerem que quanto mais íntegro for um país e quanto menor for a distância do poder para a sociedade, maior será o desempenho em RSC das empresas neles sediadas.

Tabela 7 - Resultados dos modelos com as variáveis moderadoras

Variáveis	(1) RSC	(2) RSC	(3) RSC	(4) RSC	(5) RSC	(6) RSC
DP	-0.0774 (-1,59)					
DP*IPC	-0.00585*** (-5,78)					
IND		0.0602 (0,87)				
IND*IPC		0.00107 (1,19)				
MAS			-0.0382 (-0,54)			
MAS*IPC			0.0000250 (0,03)			
AV				-0.216*** (-4,56)		
AV*IPC				-0.000891 (-1,29)		
OL					-0.195*** (-3,59)	
OL*IPC					0.000328 (0,47)	
INDUL						0.118** (2,10)
INDUL*IPC						0.00306*** (3,81)
ROA	5.232 (0,92)	5.978 (1,05)	6.349 (1,11)	3.017 (0,53)	4.959 (0,87)	6.850 (1,21)
TAM	15.54*** (20,86)	15.35*** (20,36)	14.68*** (19,51)	15.19*** (21,02)	15.23*** (20,40)	15.75*** (21,26)
MB	0.00401 (0,09)	0.00663 (0,15)	0.00391 (0,09)	-0.0130 (-0,30)	0.00278 (0,06)	0.0121 (0,28)
ALAV	-1.992 (-0,91)	-1.468 (-0,66)	-0.170 (-0,08)	-0.492 (-0,23)	-2.339 (-1,06)	-2.172 (-0,99)
GEN	15.15*** (5,54)	11.67*** (4,07)	16.87*** (6,15)	14.20*** (5,32)	12.43*** (4,49)	11.95*** (4,40)
CONTAUD	-0.843 (-0,76)	-4.093*** (-3,65)	-0.242 (-0,22)	0.760 (0,76)	-2.840** (-2,44)	-7.993*** (-6,76)
BIG4	8.500*** (11,03)	8.046*** (10,46)	7.971*** (10,32)	9.638*** (12,42)	8.515*** (11,02)	8.611*** (11,20)
SETOR	-2.350** (-2,11)	-2.513** (-2,24)	-2.566** (-2,27)	-2.151** (-1,97)	-1.696 (-1,52)	-2.393** (-2,17)
_cons	-71.46*** (-7,86)	-82.36*** (-9,92)	-87.46*** (-9,71)	-83.98*** (-10,08)	-69.44*** (-7,66)	-73.26*** (-8,93)
Observações	5269	5269	5269	5269	5269	5269
R2	0,1914	0,1727	0,1619	0,2133	0,1897	0,1981
Wald chi	764,17	715,30	680,04	852,12	762,88	786,62

Legenda: DP: Distância do Poder; IND: Individualismo; MAS: Masculinidade; AV: Aversão a Incerteza; OL: Orientação a Longo Prazo; INDUL: Indulgência. ROA: Retorno sobre Ativos, TAM: Tamanho da empresa; ALAV: Alavancagem; MB: Market to book; GEN: Diversidade de Gênero no Conselho de Administração; CONTAUD: Contabilidade e Auditoria; BIG4: Auditoria Big Four de Sustentabilidade: 1 para quando a empresa de auditoria está entre as Big Four e 0, caso contrário; SETOR: 1 para empresas constantes no setor industrial e 0 para os demais casos. Teste t entre parênteses. Níveis de significância: * p < 0.10, ** p < 0.05, *** p < 0.01.

Quando analisada a relação direta da Aversão a Incerteza (AV) com o desempenho em RSC das empresas (modelo 4), identifica-se uma relação negativa e significativa, sugerindo que nas sociedades com menor aversão a incerteza, haverá maior desempenho em RSC das empresas nelas sediadas. A literatura tem indicado que o maior desempenho em RSC das



empresas em sociedades com maior aversão à incerteza é decorrente das pressões exercidas pelas partes interessadas, conforme constatado nos estudos recentes de Batistella et al. (2020), Gallén e Peraita (2018) e Gallego-Álvarez e Ortas (2017).

Entretanto, ao se considerar a moderação da dimensão cultural de Aversão a Incerteza com o nível de corrupção do país, essa relação se torna insignificante (modelo 4). Constatou-se que a correlação entre a aversão à incerteza e nível de transparência é baixa (-0,0611), mas significativa, coadunando-se com o argumento de Getz e Volkema (2001) e Seleim e Bontis (2009) de que os valores de aversão a incerteza estão associados e aumentam os níveis de corrupção. O resultado da moderação atende ao pressuposto de Baron e Kenny (1986), reduzindo a força do relacionamento. O resultado sugere que à medida em que a corrupção se eleva, torna obscura a incerteza e reduz a pressão das partes interessadas sobre a RSC.

Com relação a dimensão cultural de Orientação a Longo Prazo (OL), quando analisada a influência individual desta dimensão sobre o desempenho em RSC das empresas, é percebida uma relação negativa e significativa (modelo 5), indicando que países com menor orientação a longo prazo apresentam empresas com maior desempenho em RSC.

Quando inserida a moderação dessa dimensão cultural com o nível de corrupção do país no modelo, os resultados denotam uma relação positiva e não significativa, afetando a direção e reduzindo a força do relacionamento, conforme preceituado por Baron e Kenny (1986). A correlação entre essa dimensão cultural e a percepção de corrupção (-0,1597), indicou que a orientação de curto prazo está associada com maior nível de corrupção.

A dimensão cultural de Indulgência (INDUL), individualmente, apresenta relação positiva e significativa ao nível de 5% com a variável de desempenho em RSC das empresas (modelo 6), sugerindo que países indulgentes (com menor nível de controles), possuem empresas com níveis mais elevados de RSC.

Ao moderar essa dimensão cultural com o nível de corrupção do país, a relação torna-se positiva e significativa ao nível de 1%, atendendo ao pressuposto de Baron e Kenny (1986), aumentando a força do relacionamento. A correlação entre as duas variáveis aponta uma correlação positiva e significativa (0,4971), justificando o resultado de que a percepção de corrupção em nível de país ampliou a influência positiva da indulgência no desempenho responsável das empresas.

Portanto, quanto maior a integridade e a indulgência de um país maior é o desempenho em RSC das empresas, uma vez que as sociedades com alto nível de indulgência permitem que seus membros questionem livremente o comportamento antiético e, conseqüentemente, reduzem o nível de corrupção do país (Boateng et al., 2021; Hofstede Insights, 2021).

Quanto a dimensão cultural de Individualismo (IND) a relação encontrada é positiva, porém não significativa (modelo 2). O mesmo ocorre com a dimensão de Masculinidade (MAS), cuja relação encontrada é negativa e não significativa (modelo 3). Os resultados permitem afirmar que o nível de corrupção do país não se manifestou um fator moderador entre as dimensões culturais de individualismo e masculinidade do país com o desempenho em RSC das empresas nele localizadas, pois não altera de forma significativa a direção ou a força do relacionamento.

Estes resultados permitem indicar que o nível de percepção de corrupção de um determinado país mostra-se um fator moderador das dimensões culturais de distância do poder, da aversão à incerteza, da orientação de longo prazo versus curto prazo e da indulgência versus restrição com o desempenho em RSC, seja impactando a direção ou a força do relacionamento entre as variáveis.

No que concerne as variáveis de controle da pesquisa, os resultados encontrados permitem auferir que o tamanho da empresa (TAM), a Diversidade de Gênero no Conselho de



Administração (GEN) e possuir Auditoria *Big Four* (BIG4) denotam maior desempenho em RSC por parte das empresas. Além disso, as variáveis de retorno sobre ativos (ROA), de alavancagem (ALAV) e Market to book (MB) não foram estatisticamente significativas, ou seja, não influenciam no desempenho em RSC das empresas.

Quanto a variável dos padrões de Contabilidade e Auditoria (CONT&AUD) percebeu-se que quanto maior a força dos padrões de Contabilidade e Auditoria de um país, menor é o desempenho em RSC das empresas. Comportamento similar foi encontrado na variável que diz respeito ao setor industrial (SETOR), constatando-se influência negativa e significativa sobre o desempenho em RSC, exceto quando se utiliza a variável Orientação a Longo Prazo (OL).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar o papel moderador da corrupção na relação entre a cultura nacional e o desempenho das empresas em Responsabilidade Social Corporativa. Para tanto, realizou-se pesquisa quantitativa, descritiva e documental. A amostra considerou 2.123 empresas localizadas em 20 países, com dados relativos ao período de 2016 a 2020, gerando 5.269 observações.

Os resultados indicaram que a corrupção modera negativamente a relação entre a dimensão cultural de distância do poder e o desempenho em Responsabilidade Social Corporativa e modera positivamente a relação entre a dimensão cultural de indulgência e o desempenho em Responsabilidade Social Corporativa. Constatou-se que a percepção de corrupção de um país amplia a influência negativa da distância do poder no desempenho responsável das empresas e amplia a influência positiva da indulgência no desempenho em Responsabilidade Social Corporativa das empresas. Para as dimensões culturais de individualismo, masculinidade, aversão a incerteza e orientação a longo prazo, quando combinadas com a percepção de corrupção, não foram encontradas relações significativas, reforçando a necessidade de pesquisas futuras analisando essa relação.

Além disso, as empresas maiores e que possuem maior diversidade de gênero no conselho de administração, apresentam melhores desempenhos em RSC. Outro resultado encontrado nesta pesquisa reforça que empresas auditadas pelas *Big Four* apresentam desempenho superior em RSC. Quanto aos padrões de Contabilidade e de Auditoria do país, notou-se que a influência varia de acordo com a dimensão cultural analisada. Outro destaque é que empresas pertencentes ao setor industrial apresentam menores desempenhos em RSC comparativamente a outros segmentos econômicos.

De maneira geral, conclui-se que a cultura nacional pode ajudar na explicação e no entendimento dos resultados ambíguos relativos à relação entre as práticas socialmente responsáveis das empresas localizadas em diferentes países. Os achados desta pesquisa contribuem com as empresas que visam expandir seus negócios para outros países, com características culturais diferentes e com percepções de corrupção diversas. Além disso, o conhecimento de cada uma das dimensões culturais pode auxiliar no atendimento das expectativas das partes interessadas, como os acionistas e a sociedade.

Outra contribuição do estudo é indicar que, em uma ampla amostra de empresas e países, o desempenho em Responsabilidade Social Corporativa é influenciado tanto por fatores endógenos, tais como: tamanho da empresa, diversidade de gênero no conselho de administração e o setor de atuação, quanto por fatores exógenos: cultura nacional e nível de transparência do país. As dimensões culturais se revelam mais influentes do que a percepção de corrupção no comportamento socioambiental das empresas. Portanto, devem ser considerados pelos gestores ao elaborarem seus valores institucionais e suas práticas de RSC, uma vez que ao investirem em atividades corporativas que estão mais bem alinhadas com o

ambiente cultural, é mais provável que os resultados financeiros e econômicos da empresa serão mais bem-sucedidos.

Como limitação desta pesquisa, pode-se considerar o uso dos modelos para mensurar a cultura e a corrupção em nível de país e a Responsabilidade Social Corporativa no nível das empresas. Embora sejam modelos amplamente aceitos na literatura, não são livres de críticas, ao reduzir um conjunto amplo de aspectos à mensuração quantitativa. Outro aspecto a ser observado é que, ao se trabalhar com painel desbalanceado, foram considerados períodos diferentes de análise para as diferentes empresas, fator que pode ter gerado algum impacto sobre os resultados. Entretanto, acredita-se que tais limitações não invalidam os resultados obtidos neste estudo. Porém, considera-se importante destacá-las para que outros pesquisadores, ao utilizarem ou analisarem esses resultados, as considerem na sua interpretação.

Dessa forma, surge a oportunidade de recomendar alternativas metodológicas para continuar a investigação do tema, utilizando-se outras formas de mensuração da corrupção, da cultura e da Responsabilidade Social Corporativa das empresas, ampliando as explicações das possíveis diferenças no comportamento empresarial nestes aspectos. Sugere-se também a análise do setor financeiro e de seguros, uma vez que nele os resultados encontrados podem ser distintos dos apontados nesta pesquisa. Além disso, outros modelos estatísticos podem ser considerados, ampliando o contexto dos achados dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Abreu, C. S. M., Meireles, F. R. S. & Cunha, L. T. (2015). Diferentes percepções sobre a responsabilidade social corporativa em empresas líderes do Brasil e da Índia. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais*, 10 (1), 18-29.
- Aguinis, H. & Glavas, A. (2012) What we know and don't know about corporate social responsibility: A review and research agenda. *Journal of Management*, 38 (4), 932-968.
- Agyei-Mensah, B. K., & Buerter, S. (2019). The effect of corruption and culture on corporate social performance: an empirical study. *Social Responsibility Journal*, 15 (8), 1071-1086.
- Aladwani, A. M. (2016). Corruption as a source of e-Government projects failure in developing countries: A theoretical exposition. *International Journal of Information Management*, 36 (1), 105-112.
- Baron, R. M. & Kenny, D. A. (1986). The moderator–mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51 (6), 1173.
- Batistella, A. J., Mazzioni, S. & Dal Magro, C. B. (2020). Efeito da cultura nacional na responsabilidade social corporativa. *Revista de Administração IMED*, 10 (1), 63.
- Boateng, A., Wang, Y., Ntim, C., & Glaister, K. W. (2021). National culture, corporate governance and corruption: A cross-country analysis. *International Journal of Finance & Economics*, 26(3), 3852-3874.
- Botinha, R. A. & Lemes, S. (2019). Corrupção percebida: uma análise da associação com o ambiente contábil dos países do G20. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 12 (1), 120–139.
- Boukattaya, S., & Omri, A. (2021). Impact of board gender diversity on corporate social responsibility and irresponsibility: Empirical evidence from France. *Sustainability*, 13(9), 4712.



- Brol, M. (2016). Institutional determinants of corruption. *Ekonomia i Prawo. Economics and Law*, 15(1), 21-32.
- Brusca, I., Manes Rossi, F., & Aversano, N. (2018). Accountability and transparency to fight against corruption: an international comparative analysis. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 20(5), 486-504.
- Esteban, V. A., Villardón, M. P. G., & Sanchez, I. M. G. (2017). Cultural values on CSR patterns and evolution: A study from the biplot representation. *Ecological Indicators*, 81, 18-29.
- Gallego-Álvarez, I., & Ortas, E. (2017). Corporate environmental sustainability reporting in the context of national cultures: A quantile regression approach. *International Business Review*, 26(2), 337-353.
- Gallén, M. L., & Peraita, C. (2018). The effects of national culture on corporate social responsibility disclosure: a cross-country comparison. *Applied Economics*, 50(27), 2967-2979.
- García-Sánchez, I. M., Cuadrado-Ballesteros, B., & Frias-Aceituno, J. V. (2016). Impact of the institutional macro context on the voluntary disclosure of CSR information. *Long Range Planning*, 49(1), 15-35.
- Getz, K. A., & Volkema, R. J. (2001). Culture, perceived corruption, and economics: A model of predictors and outcomes. *Business & Society*, 40(1), 7-30.
- Halkos, G., & Skouloudis, A. (2017). Revisiting the relationship between corporate social responsibility and national culture: A quantitative assessment. *Management Decision*, 55 (3), 595-613.
- Ho, F. N., Wang, H. M. D., & Vitell, S. J. (2012). A global analysis of corporate social performance: The effects of cultural and geographic environments. *Journal of Business Ethics*, 107(4), 423-433.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*, Sage, Beverly Hills, CA.
- Hofstede, G. (1994). The business of international business is culture. *International Business Review*, 3(1), 1-14.
- Hofstede, G. (1998). Identifying organizational subcultures: An empirical approach. *Journal of Management Studies*, 35(1), 1-12.
- Hofstede, G. (2001). *Culture's consequences: Comparing values, behaviors, institutions and organizations across nations*. Sage publications.
- Hofstede, G., Hofstede, G. J., & Minkov, M. (2010). *Cultures and Organizations: Software of the Mind*, (3a ed.), McGraw-Hill, New York.
- Hofstede Insights. (2021). Country Comparison. Recuperado em 18 setembro, 2021 de <https://www.hofstede-insights.com/country-comparison/>.
- Jamali, D., & Mirshak, R. (2007). Corporate social responsibility (CSR): Theory and practice in a developing country context. *Journal of Business Ethics*, 72(3), 243-262.
- Jones, M. T. (1999). The institutional determinants of social responsibility. *Journal of Business Ethics*, 20(2), 163-179.



- Kang, K. H., Lee, S., & Yoo, C. (2016). The effect of national culture on corporate social responsibility in the hospitality industry. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 28 (8), 1728-1758.
- Kong, D., Shu, Y., & Wang, Y. (2021). Corruption and corporate social responsibility: evidence from a quasi-natural experiment in China. *Journal of Asian Economics*, 75, 101317.
- Koprowski, S., Mazzioni, S., Dal Magro, C. B., & Rosa, F. S. D. (2021). National Culture and Corporate Social Responsibility. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 23, 488-502.
- Kühn, A. L., Stiglbauer, M., & Fifka, M. S. (2018). Contents and determinants of corporate social responsibility website reporting in Sub-Saharan Africa: A seven-country study. *Business & Society*, 57(3), 437-480.
- Le, A. T., & Doan, A. T. (2020). Corruption and financial fragility of small and medium enterprises: International evidence. *Journal of Multinational Financial Management*, 57-58, 100660.
- Leandro, A., & Rebelo, T. (2011). A responsabilidade social das empresas: incursão ao conceito e suas relações com a cultura organizacional. *Exedra: Revista Científica*, (1), 11-40.
- Liu, R., Radhakrishnan, S., & Tsang, A. (2018). Corporate social responsibility research in accounting: A framework and a review, Working Paper, 1-67.
- Lu, J., & Wang, J. (2021). Corporate governance, law, culture, environmental performance and CSR disclosure: A global perspective. *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*, 70, 101264.
- Lu, J., Ren, L., Qiao, J., Yao, S., Strielkowski, W., & Streimikis, J. (2019). Corporate social responsibility and corruption: Implications for the sustainable energy sector. *Sustainability*, 11(15), 4128.
- Martins, G. A. & Theóphilo, C. R. (2016). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Matten, D. & Moon, J. (org). (2008). The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility. New York: Oxford University Press, p. 413-431.
- Melgar, N., Rossi, M. & Smith, T. W. (2010). The perception of corruption. *International Journal of Public Opinion Research*, 22 (1), 120-131.
- Mohamed Adnan, S., Hay, D. & Van Staden, (2018). C. J. The influence of culture and corporate governance on corporate social responsibility disclosure: A cross country analysis. *Journal of Cleaner Production*, 198, 820–832.
- Nguyen, M. & Truong, M. (2016). The Effect of Culture on Enterprise's Perception of Corporate Social Responsibility: The Case of Vietnam. *Procedia CIRP*, 40, 680–686.
- Oliver, C. (1991). Strategic responses to institutional processes. *Academy of Management Review*, 16 (1), 145-179.
- Orazalin, N., & Baydauletov, M. (2020). Corporate social responsibility strategy and corporate environmental and social performance: The moderating role of board gender diversity. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(4), 1664-1676.



- Peng, Y. S., Dashdeleg, A. U., & Chih, H. L. (2012). Does national culture influence firm's CSR engagement: A cross country study. *International Proceedings of Economics Development and Research*, 58, 40.
- Perez-Batres, L. A., Miller, V. V., & Pisani, M. J. (2011). Institutionalizing sustainability: an empirical study of corporate registration and commitment to the United Nations global compact guidelines. *Journal of Cleaner Production*, 19(8), 843-851.
- Pinheiro, A. B., Sampaio, T. S. L., Guimarães, D. B., & Rebouças, M. D. P., S. (2021). Effect of the cultural system on corporate social responsibility disclosure in the energy sector. *Contabilidade Vista & Revista*, 32(3), 217-241.
- Power, T. J. & Gonzáles, J. (2003). Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 2003 (21), 51-69.
- Ringov, D., & Zollo, M. (2007). The impact of national culture on corporate social performance. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 7(4), 476-485.
- Rodrigues, A. & Paulo, E. (2012). Introdução à análise multivariada. In: *Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas, 1-72.
- Rodrigues, L. C. C., Gomes, A. P., & Teixeira, E. C. (2020). Efeito da corrupção sobre a eficiência institucional dos países. *Economia Aplicada*, 24(4), 461-486.
- Santos, L. C., & Takamatsu, R. T. (2018). Nível de corrupção dos países e opacidade dos resultados contábeis. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(4), 21-32.
- Seleim, A., & Bontis, N. (2009). The relationship between culture and corruption: A cross-national study. *Journal of Intellectual Capital*, 10 (1), 165-184.
- Siltaoja, M. E., & Onkila, T. J. (2013). Business in society or business and society: the construction of business–society relations in responsibility reports from a critical discursive perspective. *Business Ethics: A European Review*, 22(4), 357-373.
- Souza, J. A. S. D., Flach, L., Borba, J. A., & Broietti, C. (2019). Qualidade das Informações Financeiras e Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade no Brasil. *BBR. Brazilian Business Review*, 16, 555-575.
- Tanzi, V., & Davoodi, H. (1998). Corruption, public investment, and growth. In *The welfare state, public investment, and growth*. Springer, Tokyo, 41-60.
- Tempel, A., & Walgenbach, P. (2007). Global standardization of organizational forms and management practices? What new institutionalism and the business-systems approach can learn from each other. *Journal of Management Studies*, 44(1), 1-24.
- Thanetsunthorn, N. (2015). The impact of national culture on corporate social responsibility: evidence from cross-regional comparison. *Asian Journal of Business Ethics*, 4(1), 35-56.
- Thanetsunthorn, N., & Wuthisatian, R. (2018). Cultural configuration models: corporate social responsibility and national culture. *Management Research Review*, 41(10), 1137-1175.
- Transparência Internacional. (2020). Índice de Percepção da Corrupção 2020. Recuperado em 25 outubro, 2021, de <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>.



Ucar, E., & Staer, A. (2020). Local corruption and corporate social responsibility. *Journal of Business Research*, 116, 266-282.

Vollero, A., Siano, A., Palazzo, M., & Amabile, S. (2020). Hofstede's cultural dimensions and corporate social responsibility in online communication: Are they independent constructs? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(1), 53-64.

Wiedenhöft, G. C., Luciano, E. M., Callegaro, S. (2019). Antecedentes culturais da corrupção: Uma análise das relações do modelo 6D de Hofstede na dissuasão à corrupção. *Gestão & Planejamento*, 20, 618-634.

Winthrop, R. H. (1991). *Dictionary of concepts in cultural anthropology*. New York: Greenwood Press.

World Economic Forum. (2020). *The Global Competitiveness Report. 2020*. Recuperado em 07 setembro, 2021, de <https://www.weforum.org/reports/the-global-competitiveness-report-2020>.

Xu, S., Qiao, M., Che, B., & Tong, P. (2019). Regional anti-corruption and CSR disclosure in a transition economy: the contingent effects of ownership and political connection. *Sustainability*, 11(9), 2499.

Yarram, S. R., & Adapa, S. (2021). Board gender diversity and corporate social responsibility: Is there a case for critical mass? *Journal of Cleaner Production*, 278, 123319.